Celso Ming celso.ming@estadao.com

Revitalização da indústria

Neste 25 de maio, Dia da Indústria, o governo Lula reforça sua intenção de revitalizar a indústria brasileira, combalida por anos de deterioração, como mostra o gráfico.

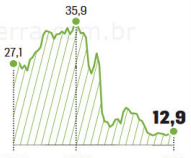
É complicado armar uma política industrial redentora numa economia ainda mal arrumada, quando o País cresce pouco ou quase nada, a inflação anda pela casa dos 6% ao ano, os juros básicos estão em 13,75%, o passivo público continua a crescer, o sistema tributário é uma bagunça e consumidor e empresas seguem fortemente endividados. Mas não dá para arrumar a economia primeiro e consertar a indústria apenas quando der. É preciso trocar os pneus com o carro rodando.

Até agora não ficou claro como o governo pretende reverter o processo de desindustrialização. E isso afeta diretamente a confiança do empresário industrial e a intenção de investimentos, que segue em baixa na maioria dos segmentos, segundo a Confederação Nacional da Indústria. Mas a gente já sabe o que não pode ser repetido, sob pena de derrubar ainda mais o doente. Não dá mais, por exemplo, para manter os esquemas protecionistas do passado, os mesmos que tiraram vigor e competitividade do setor.

Até recentemente, a indústria reivindicava – e conseguia – mais subsídios, desonerações, proteção alfandegária, mais reserva de mercado, juros favorecidos, perdões tributários (Refis) e câmbio sempre mais desvalorizado. Quando atendidas, eram reivindicações que, mais que tudo, favoreceram os projetos políticos dos cartolas da Fiesp, mas que não estancaram o esvaziamento da indústria.

DESIDRATANDO

PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB DO BRASIL, EM PORCENTAGEM



FONTES: CNI E IBGE / INFOGRÁFICO ESTADÃO

Governos petistas anteriores pretenderam alavancar o setor com a escolha de futuros campeões nacionais alimentados com créditos favorecidos do BNDES. Deu errado.

Outro equívoco foi imaginar que bastava garantir mercado interno. Acordos comerciais que assegurassem acesso ao mercado externo foram ignorados. Ainda agora, quando pressiona montadoras para produzir um "veículo pé-de-boi" para servir de entrada para o consumidor de menor renda, o presidente Lula ignora que a indústria precisa de escala de produção e que não pode estar produzindo um carro para os mais pobres e outros para o resto dos mercados.

Felizmente, os novos dirigentes do setor parecem convencidos de que o resgate da indústria de transformação se baseará na melhora do ambiente dos negócios, o que implica infraestrutura moderna e barata, um sistema tributário justo e equilibrado, acesso a tecnologias de ponta, leis trabalhistas estáveis, segurança jurídica e derrubada dos entraves burocráticos.

Nesta quinta-feira saberemos até que ponto o governo está disposto a abrir caminhos novos e eficazes. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Política fiscal **Legislativo**

Pacheco quer acelerar arcabouço no Senado, sem passar por comissões

Após vitória na Câmara 'com placar de PEC', Haddad e Lira apontam reforma tributária como a 'próxima tarefa'

MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

Com votação concluída na Câmara ontem, a proposta de novo arcabouço fiscal deve ganhar trâmite acelerado no Senado a depender do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O intuito do senador é levar o tema à votação diretamente no plenário, o que agradaria ao governo. "O tema já foi suficientemente debatido", diz o senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado. A decisão será tomada em conjunto por líderes do governo e do PSD, partido que deve assumir a relatoria do projeto no Senado.

Apesar do entendimento de Pacheco, parte dos parlamentares defende que o tema passe por uma avaliação preliminar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sob a relatoria do senador Omar Aziz (PSD-AM), aliado do governo. Já Davi Alcolumbre (União-AP), aliado de Pacheco, defende que o tema passe também pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que ele preside. "O recesso não é só no dia 15 de julho? Então temos tempo até lá", disse Alcolumbre ao **Estadão**. A previsão de Aziz é de que seria possível concluir a votação até o dia 15 de junho.

BUSCA POR RECEITA. Aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), afirmam que o deputado já entregou o prometido a Haddad, ao aprovar o arcabouço fiscal, e que o eventual aumento de arrecadação é "trabalho do governo". Duas iniciativas devem servir como prova de fogo da capacidade do Palácio de gerar novas receitas nos próximos meses: a aprovação do projeto de lei que regula o mercado de apostas online e a volta do voto de desempate da Receita Federal no Carf.

A VEZ DA REFORMA. Haddad comemorou o placar da votação e afirmou que se trata de um bom prognóstico para outra medida de interesse da equipe econômica: a reforma tributária. A regra fiscal foi aprovada com 372 votos favoráveis e 108 contrários, superando as projeções do governo de ter um "placar de PEC" (Proposta de Emenda à Constituição), que demanda 308 votos – como será necessário para aprovar as alterações na tributação no País. Como é uma lei complementar, o arcabouço precisava de 257 votos. Ontem, quatro destaques foram rejeitados, entre eles o que vetava a ampliação dos gastos em 2024 em até R$ 80 bilhões.

"O placar foi expressivo. A Câmara dos Deputados deu uma demonstração de que busca um entendimento para ajudar o Brasil a recuperar as taxas de crescimento mais expressivas. Isso também nos dá muita confiança de que a reforma tributária é a próxima tarefa a cumprir. O presidente Arthur Lira deixou muito claro que pretende votar a tributária na Câmara no primeiro semestre", afirmou Haddad.

Também ontem, Lira disse que o avanço do arcabouço é o momento de o Banco Central começar a baixar a taxa básica de juros. ● COLABOROU THAÍS BARCELLOS

Na contramão do exterior, dólar cai 0,37%, a R$ 4,95

Sob a percepção de redução da incerteza nas contas públicas no Brasil, o dólar fechou ontem em baixa de 0,37%, cotado a R$ 4,9540, na contramão da alta da moeda no exterior diante do impasse da dívida do governo dos EUA. Já o Ibovespa fechou o pregão em baixa de 1,03%, aos 108.799,54 pontos, na terceira queda seguida, desta vez influenciada pelo tombo nas ações da CVC (-7,57%). ●

---

5 perguntas para...

SOLANGE SROUR
Economista-chefe do Credit Suisse no Brasil

● **O texto aprovado buscou reduzir brecha que permitia ao governo gastar mais em 2024. Há alguma mudança no cenário?**
Na verdade, não está explícito como no projeto anterior, na primeira versão, mas o crescimento de 2,5% (*limite superior de gastos*) real da despesa em 2024 ainda me parece ser um cenário mais provável. A inovação também é que vai haver um ajuste em 2025 caso a receita estimada em 2024 não se torne verdade. Dito isso, qual é a grande diferença? Em vez de estar explicitamente na lei os 2,5% de crescimento real, arrumou-se uma maneira de conseguir chegar aos 2,5% mesmo assim. Na prática, não vai mudar nada nas nossas contas.

● **E traz alguma mudança para 2025?**
Não dá para chegar a um número (*fechado*), porque vai depender muito do que o governo vai estimar de receita e o que vai efetivamente se realizar em 2024. Mas a gente não vai mudar. A nossa expectativa é de que o gasto cresça 2,2% em 2025, muito próximo de 2,5%.

● **Dado que pouca coisa mudou, como avalia o arcabouço?**
Eu acho que existem duas visões, uma de curto prazo e outra de médio prazo. No curto prazo, existe, pelo menos, um limite de despesa. Essa é a visão que está prevalecendo no mercado, que tem recebido muito bem o arcabouço. A gente pode discutir que 2,5% de crescimento real (*das despesas*) não é o ideal, mas é melhor do que era no passado, antes de existir o teto. Eu acho que é uma avaliação de curto prazo. Não é a que eu mais me apego.

● **E qual é a visão de médio prazo?**
No fim das contas, quando você desenha uma regra fiscal, o que você almeja? Você almeja que a dívida estabilize no médio prazo. E, nesse quesito, eu acho que essa regra não cumpre o seu objetivo. Nas nossas contas, a dívida não vai estabilizar. Ele vai crescer ano após ano durante os próximos quatro anos. Não tem uma estabilização. Mas, mais do que isso, além de ela não estabilizar e não cumprir esse requisito importante, eu tenho muito medo de que o arcabouço não se mostre factível em 2025.

● **Faz sentido o mercado ter recebido tão bem o arcabouço?**
Esse otimismo está muito relacionado em como o mercado estava precificando o cenário em dezembro, janeiro e fevereiro. Dá para entender essa animação quando se parte de um ponto de ativos muito depreciados. Eu entendo isso como um alívio, mas eu também acho que ninguém no mercado está acreditando que este arcabouço veio para ficar para os próximos governos. A grande maioria acha que no final de 2025 e 2026 será preciso rediscutir e, de fato, tentar uma estabilização da dívida via reforma nos gastos. ●

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW